

pelas importações. (...) O aumento das exportações, a manutenção do sistema de taxas cambiais flexíveis e a contratação escalonada de recursos financeiros externos para estimular o crescimento interno parecem indicar a disposição do país em persistir num modelo de desenvolvimento em que a economia tem acentuado grau de abertura para o exterior".<sup>213</sup> Para economista idôneo, entretanto, havia o reverso dessa medalha: "A política de incentivos cambiais, fiscais e creditícios havia transformado em capital estrangeiro uma massa considerável de recursos formados no país; e o controle dos setores mais dinâmicos da indústria por grupos estrangeiros transformara o mecanismo de concentração da renda num processo de desnacionalização da riqueza gerada pela industrialização".<sup>214</sup>

Apesar do apregoado combate à inflação, que representaria mérito do "modelo brasileiro de desenvolvimento", é preciso constatar que a taxa de inflação, embora tenha sido reduzida, e à custa do salário principalmente, resiste em certo nível, abaixo da qual ela se torna inconveniente para as camadas privilegiadas. A inflação é talvez o mais antigo e empírico processo de transferência de renda de uma classe a outra; tem sido utilizada, nesse sentido, consciente ou inconscientemente, desde os tempos mais recuados e em fases e áreas as mais diversas. Depois de atingido certo nível mínimo do salário, além do qual é praticamente impossível reduzi-lo, sob graves riscos sociais e mesmo econômicos, resta a inflação como mecanismo de transferência de renda. Muito ao contrário do que tem sido apregoado, a inflação continua a ser utilizada, com esse fim, no chamado "modelo brasileiro de desenvolvimento". A propalada taxa de 25%, e mesmo a de 20%, atribuída aos dois últimos anos, no Brasil, conquanto falsa, e facilmente identificada como falsa, representa, no fim de contas, a mais alta da América Latina, em 1970, salvo o caso chileno. E é a estrutura monopolista e a intervenção ativa do Estado que permitem utilizar amplamente a inflação para transferir renda para as classes e camadas privilegiadas: "Este processo não pode ser utilizado senão em uma estrutura monopolista da economia, e com a intervenção do Estado. Esta

<sup>213</sup> *Conjuntura Econômica*, nº 26 (2), Rio, fevereiro de 1972.

<sup>214</sup> Celso Furtado: *op. cit.*, p. 55. "A razão parece estar em que a inflação continuou a oferecer ao Governo mais vantagens que desvantagens, não lhe convindo dispensá-la como instrumento de política econômica. Conforme já assinalamos, uma adequada combinação da elevação do nível de preços com a correção monetária dos ativos financeiros permite privilegiar o setor da população com capacidade efetiva de poupança..." (Idem, p. 51).